SPE Saúde Primária BH S.A.

CNPJ/MF nº 23.921.007/0001-41

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.596	19.187
Fundo restrito	6	12.034	17.187
Ativo financeiro da concessão	7	80.028	85.506
Impostos a recuperar	8	7.175	7.975
Estoque	9	6.797	6.146
Despesas antecipadas		1.386	1.169
Outros ativos		397	186
		154.413	**137.356**
Não circulante			
Ativo financeiro da concessão	7	509.655	391.825
Instrumentos financeiros	10	55.384	-
Impostos a recuperar	8	33.848	27.724
Despesas antecipadas		-	5
Outros ativos		45	13
		598.932	**419.567**
Direito de uso	18	3.608	4.123
Imobilizado		1.266	1.252
		4.874	**5.375**
Total do ativo		**758.219**	**562.298**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025	2024
Circulante			
Financiamentos	11	46.436	45.882
Mútuos	12	15.897	16.064
Fornecedores e outras contas a pagar	13	13.328	6.163
Obrigações sociais e trabalhistas		5.384	4.879
Impostos, taxas e contribuição	14	1.091	756
Imposto de renda e contribuição social		307	818
Arrendamentos	18	469	444
Dividendos	19	131.856	-
		214.768	**75.006**
Não circulante			
Financiamentos	11	211.964	152.846
Instrumentos financeiros	10	56.665	-
Mútuos	12	38.638	47.491
Impostos, taxas e contribuições	14	9.289	8.049
Tributos sobre contraprestação	15(a)	53.055	43.087
Tributos diferidos	15(b)	72.203	53.246
Arrendamentos	18	3.803	4.314
		445.617	**309.033**
Patrimônio líquido			
Capital social	20 (a)	54.370	54.370
Reservas de lucros	20 (b)	44.744	123.889
Ajuste de avaliação patrimonial	20 (c)	(1.281)	-
		97.833	**178.259**
Total do passivo e patrimônio líquido		**758.219**	**562.298**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros: Reserva de lucros a realizar	Outros resultados abrangentes	Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**54.370**	**4.014**	**19.084**	**57.175**	-	-	**134.643**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	43.616	**43.616**
Consituição de reservas	-	2.181	10.359	31.076	-	(43.616)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**54.370**	**6.195**	**29.443**	**88.251**	-	-	**178.259**
Variação em hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(1.281)	-	**(1.281)**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	52.711	**52.711**
Consituição de reservas	-	2.636	-	50.075	-	(52.711)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(131.856)	-	-	**(131.856)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**54.370**	**8.831**	**29.443**	**6.470**	**(1.281)**	-	**97.833**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**52.711**	**43.616**
Total do resultado abrangente	**52.711**	**43.616**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita líquida	21	254.754	218.715
Custos de construção da infraestrutura	22 (a)	(94.094)	(86.801)
Custos dos serviços prestados	22 (b)	(32.756)	(27.200)
Lucro bruto		**127.904**	**104.714**
Despesas			
Gerais e administrativas	23	(20.602)	(18.944)
Outras despesas/Receitas líquidas		374	(4)
		(20.228)	**(18.948)**
Lucro antes do resultado financeiro		**107.676**	**85.766**
Receitas financeiras	24	9.371	3.154
Despesas financeiras	24	(38.186)	(23.170)
Resultado financeiro, líquido		**(28.815)**	**(20.016)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**78.861**	**65.750**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15(c)	(26.150)	(22.134)
Lucro líquido do exercício		**52.711**	**43.616**
Número de ações		**74.159**	**74.159**
Lucro líquido por ações – R$	25	**0,71**	**0,59**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**78.861**	**65.750**
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	23	728	702
Atualização do ativo financeiro	7 (b)	(68.460)	(54.799)
Tributos sobre atualização do ativo financeiro		16.913	14.002
Juros e variações monetárias, líquidas	24	39.171	21.211
Provisão de juros sobre arrendamento	18 (b)	254	276
Perda na alienação de ativo imobilizado		2	10
		67.469	**47.152**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(5.171)	(2.230)
Ativo financeiro da concessão		(38.722)	(44.086)
Impostos a recuperar		(5.324)	(6.537)
Outros ativos		(241)	(59)
Fornecedores e outras contas a pagar		7.165	(832)
Despesas antecipadas		(212)	43
Estoque	9	(651)	(769)
Obrigações sociais e trabalhistas		505	1.656
Impostos, taxas e contribuições		(8.253)	(3.691)
Fundo restrito	6	5.153	(2.743)
Caixa proveniente das operações		**21.718**	**(12.096)**
Juros pagos	11 (c)	(27.481)	(20.668)
Juros pagos mútuo	12	(6.838)	(3.531)
Imposto pagos (IR e CSLL)		(7.194)	(8.038)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(19.795)**	**(44.333)**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:			
Aquisições de imobilizado		(228)	(268)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(228)**	**(268)**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos:			
Captação de financiamentos	11 (c)	59.455	23.604
Captação de mútuo	12	(11.283)	19.418
Amortização de arrendamento	18 (b)	(740)	(572)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**47.432**	**42.450**
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**27.409**	**(2.151)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		19.187	21.338
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		46.596	19.187
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**27.409**	**(2.151)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A SPE Saúde Primária BH S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, constituída em 30 de novembro de 2015. Em 2020 o Grupo Transpes obteve o controle da Companhia. A Companhia tem como objeto social a exploração da concessão administrativa para realização das obras e serviços não assistenciais de 59 centros de saúde da rede de atenção primária à saúde e 1 Centro de Material Esterilizado e Laboratório do município de Belo Horizonte, durante o prazo de 20 anos estabelecido no Edital de Licitação da concorrência nº 008/2011 e no instrumento firmado entre o município de Belo Horizonte por intermédio da Secretaria de Saúde do Município de Belo Horizonte ("Poder Concedente") e a Companhia. A concessão administrativa inclui os serviços de construção de toda a infraestrutura dos centros de saúde incluindo a disponibilização do mobiliário e equipamentos necessários além da operação da infraestrutura depois de executada toda a obra. Em 31 de dezembro de 2025, já haviam sido entregues 57 (cinquenta e sete) centros de saúde e o CME/Laboratório ao Poder Concedente, havia 5 (cinco) com obras em andamento, incluindo e 7 (sete) a terem as obras iniciadas. O serviço de operação inclui serviços de vigilância eletrônica, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem e controle de pragas, e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração da Companhia e aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2026. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 07 -** Ativo financeiro da concessão: principais premissas referem-se à mensuração do ativo financeiro da concessão, especialmente taxa de desconto, cronograma de recebimentos e risco de crédito do Poder Concedente. **2.4. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em Nota Explicativa. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2. Fundo restrito:** O fundo restrito representa contas garantidas para cobertura dos financiamentos contratados. Esta conta pode ser movimentada apenas de acordo com as determinações dos contratos de financiamento e demais acessórios. **3.3. Impostos a recuperar:** A Companhia reconheceu créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, referentes ao custo incorrido na fase de construção, e atualmente, reconhece na fase de operação. Referidos créditos são apurados e registrados no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços mencionados. **3.4. Ativo financeiro da concessão:** Refere-se à parcela dos direitos a faturar e faturado ao Poder Concedente decorrentes do contrato de Parceria Público-Privado firmado com a Prefeitura de Belo Horizonte, para a realização das obras de infraestrutura dos Centros de Saúde. O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC- 01 (R1) e OCPC-05. O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como um Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção. **3.5. Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhece a receita à medida que satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. A obrigação de desempenho é satisfeita e a receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços estão disponíveis ao Poder Concedente e são prestados pela Companhia. **(i) Receita de contraprestação mensal:** A receita de contraprestação mensal ("CPM") é reconhecida a partir do início da prestação dos serviços de apoio não assistenciais, que compreendem serviços de vigilância eletrônica, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem e controle de pragas, e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. **3.6. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem juros e multas recebidas, descontos obtidos e outras receitas financeiras sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem juros e multas pagos sobre contas a pagar e empréstimos e outras despesas financeiras. Despesas e receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas pela Companhia. **3.7. Financiamentos:** Refere-se a valores captados junto a instituições financeiras para viabilizar a construção de Centros de Saúde (CSs). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva. **3.8. Estoque:** O estoque é composto por materiais destinados à aplicação nos serviços de construção da infraestrutura e nos serviços operacionais prestados nas unidades já concluídas. Encontra-se avaliado pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis. **3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma Companhia legal e mesma autoridade fiscal. **3.10. Tributos sobre contraprestação:** Os tributos sobre a contraprestação contemplam Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") às respectivas alíquotas de 1,65%, 7,6%. Tais tributos são calculados com base na receita de construção e sobre a atualização do ativo financeiro, sendo o reconhecimento mensal na demonstração do resultado do exercício e a amortização pelo pagamento às autoridades fiscais. **3.11. Benefícios a empregados: (i) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia mantém convênio de adesão de um plano de contribuição definida com a Vexty, entidade fechada de previdência privada, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas às contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. A Companhia contribui com 30% a 50% do valor da contribuição feita pelos funcionários e reconhece esses gastos como despesa no resultado do exercício. Os pagamentos dos benefícios aos funcionários, quando aplicável, são realizados pela Vexty, portanto não há passivos reconhecidos pela Companhia. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação tampouco responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. **(ii) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.12. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. **3.13. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): (i) Ativos financeiros:** Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia. **(ii) Ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável corresponde ao valor líquido de venda ou ao valor de uso, dos dois o maior. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de ativos possam ser superiores aos valores de recuperação. **3.14. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) valor justo. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado:** Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por impairment a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito e ativo financeiro, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. **(ii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia classificados ao custo amortizado incluem financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **3.15. Arrendamento e direito de uso:** A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º janeiro de 2019. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A determinação do tempo de arrendamento é com base no prazo definido em contrato. O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. O passivo de arrendamento é apresentado em rubrica independente no balanço patrimonial. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. A Companhia apresenta ativos de direito de uso em uma rubrica independente no balanço patrimonial. **3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a Companhia consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a Companhia só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: • Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; • Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra; • Requisitos adicionais de divulgação quando uma Companhia estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra; • Orientações de aplicação para ajudar as Companhias a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; • Exemplos ilustrativos; e • Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada. A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais: • A Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; • A Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e • Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma. Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos interno. **b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima.** Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as Companhias as implementem em tempo hábil. A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis. **3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025:** Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48**- podem afetar significativamente como as Companhias contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS** - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. **3.18. Impactos da reforma tributária: Reforma tributária do consumo (LC 214/2025):** A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). **Principais Substitutos e Mudanças: • CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; • **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; • **Imposto Seletivo (IS):** Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; • **Manutenção Restrita do IPI:** O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. **Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025):** A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets). A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº 7 sobre Ativo financeiro de concessão, nº 8 tributos a recuperar, nº 15 Tributos diferidos. A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. **4. Instrumentos financeiros por categoria: a. Gestão de risco financeiro:** A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros decorrentes de suas atividades operacionais e da estrutura de financiamento adotada, incluindo, principalmente, risco de liquidez, risco com taxa de juros e risco de crédito. A gestão desses riscos é realizada de forma centralizada, em conformidade com políticas internas aprovadas pela Administração, com o objetivo de assegurar a adequada administração da disponibilidade financeira e a mitigação de volatilidades relevantes. Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativo financeiro da concessão, fundo restrito, contas a pagar a fornecedores e financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente para fins de proteção (hedge) sem caráter especulativo. **(i) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. O risco de liquidez é gerenciado por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa projetados, da manutenção de níveis adequados de caixa, equivalentes de caixa e fundo restrito, bem como da compatibilização entre os prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia busca assegurar que haja recursos suficientes para honrar suas obrigações financeiras à medida que se tornam devidas. **(ii) Risco com taxa de juros:** A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros em função de financiamentos indexados a taxas variáveis. Com o objetivo de mitigar esse risco, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, principalmente swaps de taxa de juros, designados como hedge de fluxo de caixa, conforme descrito na nota de instrumentos financeiros. Esses instrumentos visam reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa futuros e do resultado financeiro decorrente das oscilações nas taxas de juros. **(iii) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre, principalmente, da possibilidade de inadimplência do Poder Concedente em relação ao ativo financeiro da concessão, bem como de contrapartes financeiras em aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras de reconhecida solidez, observando limites de concentração de risco. A Administração avalia que o risco de crédito associado ao Poder Concedente é baixo, considerando a natureza pública do contrato, o histórico de adimplência e a previsibilidade contratual dos fluxos de caixa.

5. Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	2.189	3.136
Aplicações financeiras **(i)**	44.407	16.051
	46.596	**19.187**

(i) Referem-se a fundos de investimentos em renda fixa, que buscam remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata. **6. Fundo restrito:** Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$ 12.034 mil (31 de dezembro de 2024 - R$ 17.187 mil) busca remuneração à taxa de 100% do CDI. O saldo é mantido conforme previsto nos contratos firmados entre a Companhia e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG"), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e o Sicoob Credicom - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área da Saúde do Brasil ("Credicom"). **7. Ativo financeiro da concessão:** A mensuração desse ativo financeiro envolve julgamentos relevantes e premissas econômicas, especialmente relacionadas à projeção de fluxos de caixa futuros e à definição da taxa de desconto, a qual incorpora, entre outros fatores, expectativas de inflação e o risco de crédito associado ao poder concedente, usualmente representado por indicadores de mercado, como o Credit Default Swap (CDS). Nesse contexto, a Companhia realiza análises de sensibilidade com o objetivo de avaliar os potenciais impactos de variações razoavelmente possíveis nessas premissas sobre o valor contábil do ativo financeiro de concessão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante a receber de R$ 16.699 mil (31 de dezembro de 2024 - R$ 11.528 mil) referente aos serviços prestados para a operação da Concessão. O saldo remanescente de R$ 572.984 mil (31 de dezembro de 2024 - R$ 465.803 mil), será amortizado pelo recebimento das contraprestações mensais, que deverá ocorrer ao longo da Concessão. O saldo do ativo financeiro da concessão compreende as parcelas citadas a seguir:

	2025	2024
Direitos a faturar **(i)**	572.984	465.803
Faturas emitidas ao poder concedente - Contraprestação mensal **(ii)**	16.699	11.528
	589.683	**477.331**
Ativo circulante	80.028	85.506
Ativo não circulante	509.655	391.825

(i) Compreende a receita de infraestrutura calculada com base no custo de construção total incorrido, acrescido de margem de construção contratualmente prevista. O montante reconhecido é registrado como ativo financeiro, correspondente ao direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente, sendo subsequentemente atualizado pela aplicação da taxa de juros efetiva (taxa de atualização do ativo financeiro), conforme requerido pela ICPC 01 e CPC 48. **(ii)** Refere-se ao saldo a receber das notas fiscais emitidas ao Poder Concedente, referente aos serviços de operação efetivamente prestados, conforme os termos contratuais da concessão. Considerando a natureza do ativo financeiro de concessão - que representa um direito contratual incondicional de recebimento de caixa de um ente público - a Administração entende que o risco de inadimplência é historicamente baixo. **a. Prazo de recebimento:** O montante não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2025	2024
2026	-	64.217
2027	92.048	67.402
2028 em diante	417.607	260.206
	509.655	**391.825**

b. Movimentação ativo financeiro da concessão	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**465.803**	**359.767**
Receita de Construção	114.108	105.339
Atualização do ativo financeiro	68.460	54.799
Recebimento investimento na infraestrutura	(75.387)	(54.102)
Saldo em 31 de dezembro	**572.984**	**465.803**

8. Impostos a recuperar	2025	2024
PIS/COFINS a recuperar	33.817	27.724
IR/CS a recuperar	3.333	5.026
IRRF sobre aplicações financeiras	832	1.017
Outros impostos a recuperar	3.041	1.932
	41.023	**35.699**
Ativo circulante	7.175	7.975
Ativo não circulante	33.848	27.724

Os impostos a recuperar serão realizados até o fim da concessão. São recuperados à medida em que a Companhia realiza o ativo financeiro da concessão. **9. Estoques:** O Estoque da companhia é composto por materiais que serão consumidos em suas atividades operacionais.

	2025	2024
Estoque	4.450	4.249
Estoque em poder de terceiros	2.347	1.897
Saldo em 31 de dezembro	**6.797**	**6.146**

10. Instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos formalmente designados como hedge de fluxo de caixa no seu reconhecimento inicial, contratados com o objetivo de proteger o risco de variação da taxa de juros associado a dívidas financeiras indexadas ao CDI. Os instrumentos de hedge consistem em swaps de taxa de juros (CDI x IPCA), cujas principais características, tais como indexador, prazo e valor nocional - são substancialmente equivalentes às das dívidas (nacionais) objeto de hedge, estabelecendo relação econômica consistente entre o instrumento de hedge e o item protegido cobrindo 100% da sua exposição, conforme requerido pelo CPC 48. Os instrumentos de hedge estão demonstrados a seguir:

Instrumento	Risco protegido	Valor nocional	Vencimento	Taxa contratada
Swap CDI x IPCA	Juros (CDI)	55.000	13/03/2033	10,45% a.a.

A Companhia avalia continuamente a eficácia das relações de hedge, tanto de forma prospectiva quanto retrospectiva, e não foram identificadas ineficiências relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos exclusivamente como instrumentos de gestão de riscos financeiros, não realizando operações para fins especulativos.

	2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**VJORA**
SWAP de taxa de juros utilizados para hedging	55.384
	55.384

	2025
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**VJORA**
SWAP de taxa de juros utilizados para hedging	56.665
	56.665
Variação no valor justo do derivativo	**(1.281)**

Movimentação no Patrimônio líquido	2025
Parcela reconhecida no resultado financeiro	2.372
Variação no valor justo do derivativo	(1.091)
	1.281

Os instrumentos derivativos são mensurados a valor justo, sendo a parcela eficaz da variação reconhecida em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificada para o resultado nos mesmos períodos em que os fluxos de caixa da dívida protegida impactam o resultado. Eventual parcela ineficaz é reconhecida diretamente no resultado financeiro.

11. Financiamentos

a. Composição

	Encargos financeiros	2025	2024
Moeda nacional			
BDMG - FINEM	TLP + 6,39%	54.940	56.990
BNDES - FINEM	TLP + 3,37%	105.602	111.130
SICOOB - CREDICOM	CDI + 2,43%	12.256	15.367
Bradesco	CDI + 2,42%	85.602	15.241
		258.400	**198.728**
Passivo circulante		46.436	45.882
Passivo não circulante		211.964	152.846

b. Prazo de vencimento: O montante não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2025	2024
2026	-	16.670
2027	24.134	16.670
2028	26.121	16.670
2029	25.906	15.402
2030	27.210	13.626
2031 a 2036	108.593	73.808
	211.964	**152.846**

c. Movimentação	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**198.728**	**174.581**
Captação de financiamentos	85.000	30.371
Juros provisionados	30.070	21.211
Juros pagos	(29.853)	(20.668)
Amortização principal	(25.545)	(6.767)
Saldo em 31 de dezembro	**258.400**	**198.728**

d. Garantias: Para garantir o cumprimento das obrigações contraídas junto ao BDMG, BNDES, Bradesco e Sicoob, a Companhia cedeu em garantia os seguintes itens: • Totalidade de direitos creditórios que venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Concessionária; • Totalidade de direitos creditórios decorrentes do penhor realizado pelo Poder Concedente em garantia à Concessionária, conforme cláusula 20ª do Contrato de Concessão e suas subcláusulas; • Penhor de totalidade das ações da companhia; • Fiança bancária de 25% do valor da dívida; • Totalidade de direitos creditórios decorrentes de aplicações financeiras. Além das garantias cedidas pela Companhia, a controladora Transportes Pesados Minas S.A também cedeu os seguintes itens: • Dividendos e juros sobre capital próprio oriundos da distribuição de resultados da SPE Inova BH; • Fiança corporativa; • Equity Support Agreement (ESA). A condição de avalista, respondendo solidária e integralmente a todas as obrigações. **e. Cláusulas restritivas ("*covenants*"):** Conforme contratos de financiamento de longo prazo (FINEM BDMG e FINEM BNDES), a Companhia deverá comprovar anualmente a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") em montante igual ou superior a 1,30, tendo como base as movimentações de caixa operacional sobre o serviço da dívida. E do Índice de Capital Próprio ("ICP"), em montante igual ou superior a 20% (vinte por cento). Estes índices fazem parte da estrutura de gestão de capital da Companhia.

ICSD	2025	2024
Faturamento Anual (CPM)	**148.402**	**123.985**
(-) PIS/COFINS pagos	(6.194)	(8.821)
(-) OPEX pago	(55.194)	(48.854)
Fluxo de Caixa Operacional	**87.014**	**66.310**
(-) IRPJ/CSLL pagos	(1.906)	(1.799)
(-) IRPJ/CSLL retidos sobre CPM	(7.123)	(5.951)
(-) IRPJ/CSLL pagos	**(9.029)**	**(7.750)**
Geração de Caixa Operacional	**77.985**	**58.560**
Serviço da Dívida	**(55.823)**	**(38.148)**
ICSD	**1,40**	**1,54**

ICP	2025	2024
Aportes de capital social	**54.370**	**54.370**
Mútuos	54.535	63.555
Aportes total de recursos dos acionistas	**108.905**	**117.925**
Financiamentos de 3ºs	258.400	198.728
Mútuos	54.535	63.555
Financiamentos Totais	**312.935**	**262.283**
ICP	**25,82%**	**31,02%**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está em conformidade com cláusulas restritivas estipuladas nos Contratos de financiamento do BNDES e BDMG. **12. Mútuo:** Durante o exercício de 2025, a Companhia não realizou captação de mútuos. Em 31 de dezembro de 2024, havia recebido o montante de R$ 26.600 mil, referente a mútuos firmados com a Transportes Pesados Minas S.A.

Movimentação:	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**63.555**	**40.516**
Captação Mútuo	-	26.600
Juros provisionados	9.101	7.152
Juros pagos	(6.838)	(3.531)
Amortização juros	(11.283)	(7.182)
Saldo em 31 de dezembro	**54.535**	**63.555**

13. Fornecedores e outras contas a pagar: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar no montante de R$ 13.328 mil (31 de dezembro de 2024 - R$ 6.163 mil) é representado, substancialmente, pela contratação de prestadores de serviços e pelas compras de estoques de materiais para a execução dos serviços de operação e contratações das unidades de saúde, sendo apenas fornecedores nacionais.

14. Impostos, taxas e contribuições	2025	2024
COFINS	8.250	7.178
PIS	1.822	1.557
Tributos retidos de terceiros	308	70
	10.380	**8.805**
Passivo circulante	1.091	756
Passivo não circulante	9.289	8.049

15. Tributos diferidos e tributos sobre a contraprestação

a. Tributos sobre a contraprestação	2025	2024
COFINS	43.591	35.401
PIS	9.464	7.686
	53.055	**43.087**

b. Composição dos tributos diferidos	2025	2024
Passivo (ativo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa	(1.652)	(4.935)
Adição do custo de construção (*)	(133.283)	(111.552)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro (*)	207.985	170.570
Outras adições	(847)	(837)
	72.203	**53.246**
Ativo fiscal diferido - não circulante	**(135.782)**	**(117.324)**
Passivo fiscal diferido - não circulante	207.985	170.570
Passivo fiscal diferido líquido - não circulante	**72.203**	**53.246**

(*) Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente ou em quotas fixas ao longo do contrato de concessão. **c. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição corrente e diferido**

	2025	2024
Lucro antes dos tributos	78.861	65.750
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) - 34%	(26.813)	(22.355)
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	872	379
Incentivos Fiscais	(209)	(158)
Encargo fiscal	**(26.150)**	**(22.134)**
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) - diferido	(18.956)	(13.277)
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) - corrente	**(7.194)**	**(8.857)**
	(26.150)	**(22.134)**
Alíquota efetiva	**33,2%**	**33,7%**

16. Transações entre partes relacionadas	2025	2024
Despesas administrativas		
Transportes Pesados Minas S.A.	19.521	11.961
Total	**19.521**	**11.961**

A Companhia contribui com despesas de suporte em TI. Existem transações de mútuo (nota explicativa 12) entre as empresas e não há transações de compra, venda, ou outros gastos com empresas relacionadas. **17. Contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais para os quais, com base na avaliação da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos externos, não foram constituídas provisões para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram classificadas como possíveis. Em 31 de dezembro de 2025, o montante total das referidas contingências perfazia R$ 1.286 mil (31 de dezembro de 2024 - R$ 1.161 mil), sendo representado, majoritariamente, por processos de natureza trabalhista, no valor de R$ 1.266 mil, e por processos de natureza cível, no valor de R$ 20 mil.

18. Arrendamento e direito de uso

a. Ativos de direito de uso	Imóveis	Total
Em 1º de janeiro de 2024	**4.609**	**4.609**
Despesas de depreciação do exercício	(515)	(515)
Adições a ativos de direito de uso	29	29
Em 31 de dezembro de 2024	**4.123**	**4.123**
Em 1º de janeiro de 2025	**4.123**	**4.123**
Despesas de depreciação do exercício	(515)	(515)
Adições a ativos de direito de uso	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	**3.608**	**3.608**

b. Passivo de direito de uso	Imóveis	Total
Em 1º de janeiro de 2024	**5.025**	**5.025**
Saída de caixa total para arrendamentos	(572)	**(572)**
Adições a passivo de direito de uso	29	**29**
Juros sobre arrendamentos	276	**276**
Em 31 de dezembro de 2024	**4.758**	**4.758**
Em 1º de janeiro de 2025	**4.758**	**4.758**
Saída de caixa total para arrendamentos	(740)	**(740)**
Juros sobre arrendamentos	254	**254**
Em 31 de dezembro de 2025	**4.272**	**4.272**
Passivo circulante 2025		469
Passivo não circulante 2025		3.803

c. Efeito no resultado	Imóveis	Total
Juros sobre arrendamento	254	254
Em 31 de dezembro de 2025	**254**	**254**

19. Dividendos: Em ata de assembleia geral extraordinária datada em 23 de dezembro de 2025, deliberou-se pela aprovação da distribuição de dividendos totalizados em R$ 131.856 mil, a serem pagos aos sócios conforme cronograma a curto prazo definido pela administração, não incidindo juros ou atualização monetária. A companhia tem a intenção de cumprir o pagamento de dividendos através dos recursos gerados na sua operação e, de forma complementar, com recursos das empresas do Grupo. **20. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social e a composição acionária da Companhia estão representadas conforme a seguir. No dia 08 de Janeiro de 2025, A Transportes Pesados Minas S/A tornou-se acionista integral da Companhia, pois houve a cessão da totalidade das ações da Odebrecht Properties Parceiras S/A totalizadas em 5.611.

Acionistas	Capital	Ações nominativas (2025)	Participação (%) (2025)
Transportes Pesados Minas S.A.	54.370	77.717	100
Odebrecht Properties Parcerias S.A.	-	-	-
	54.370	**77.717**	**100**

	2025	2024
Capital Subscrito	77.717	77.717
(-) Capital a integralizar	(23.347)	(23.347)
Capital Social	**54.370**	**54.370**

b. Reservas de lucro: (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o saldo de R$ 8.831 mil (31 de dezembro de 2024 - R$ 6.195 mil). **(ii) Reserva especial:** De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o saldo de R$ 41.962 mil (31 de dezembro de 2024 - R$ 29.443 mil). **(iii) Reserva de lucros a realizar:** Essa reserva foi constituída com base em lucros não realizados de períodos anteriores, principalmente durante a fase de construção, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R$ 6.471 mil (31 de dezembro de 2024 - R$ 88.251 mil). **c. Ajuste de avaliação patrimonial:** O Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se à parcela eficaz da variação no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa, reconhecida em outros resultados abrangentes, conforme o CPC 48. Esses valores são reclassificados para o resultado nos períodos em que os fluxos de caixa do item protegido impactam o resultado, de modo a compensar a exposição ao risco de taxa de juros.

21. Receita líquida	2025	2024
Receita de construção	114.108	105.339
Receita de contraprestação mensal	98.153	80.870
Atualização do ativo financeiro	68.460	54.799
Impostos e deduções sobre receitas	(25.967)	(22.293)
Receita líquida de serviços	**254.754**	**218.715**

22. Custos dos serviços prestados

a. Custos de construção da infraestrutura	2025	2024
Serviços de terceiros	(43.191)	(46.636)
Materiais aplicados	(43.753)	(29.260)
Empréstimos e Financiamentos	(4.044)	(7.306)
Mão de obra	(1.602)	(2.247)
Seguros e locações em geral	(1.504)	(1.352)
	(94.094)	**(86.801)**

b. Custos dos serviços prestados da operação	2025	2024
Mão de obra	(16.099)	(13.970)
Materiais aplicados	(7.631)	(6.282)
Engenharia Clínica	(4.846)	(4.176)
Seguros e locações em geral	(1.667)	(1.395)
Serviços de terceiros	(2.125)	(1.232)
Vigilância	(388)	(145)
	(32.756)	**(27.200)**

23. Despesas gerais e administrativas	2025	2024
Despesas com pessoal	(11.468)	(12.159)
Serviços de terceiros	(6.614)	(3.769)
Despesas administrativas	(1.058)	(1.371)
Despesa escritório	(553)	(563)
Aluguéis e locações em geral	(181)	(380)
Depreciação arrendamento	(515)	(515)
Depreciação imobilizado	(213)	(187)
	(20.602)	**(18.944)**

24. Resultado financeiro, líquido	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	6.035	3.150
Juros sobre Instrumentos financeiros	2.372	-
Juros sobre impostos recuperados	964	-
Outras receitas	-	4
	9.371	**3.154**
Despesas financeiras		
Juros e encargos sobre empréstimos	(36.188)	(21.211)
Juros sobre arrendamentos	(254)	(276)
Juros e multa por atraso	(52)	(9)
Outras despesas financeiras	(1.692)	(1.674)
	(38.186)	**(23.170)**
Resultado financeiro líquido	**(28.815)**	**(20.016)**

25. Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os períodos findos em 31 de dezembro:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	52.711	43.616
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	74.159	74.159
Lucro básico por ação - em reais	**0,71**	**0,59**

26. Seguros: Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais na infraestrutura, incluindo, alagamentos, danos elétricos, demolições, desmoronamentos, reparos e reformas, entre outros, é de R$ 439.900. A cobertura para responsabilidade civil, contra danos corporais e/ou materiais causados por terceiros, danos morais empregador, operações e lucros cessantes corresponde ao valor de R$ 30.000. Para o Performance Bond, o valor é de R$ 30.064 contra o risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, incluindo a não entrega da infraestrutura e prestação de serviços de apoio. **27. Eventos Subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Diretoria Executiva

João Mario Thales Domingues Martins - CEO - Chief Executive Officer

Responsável Técnico

Gabriel de Toledo Silva - Contador CRC-MG 133290/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
SPE Saúde Primária BH S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **SPE Saúde Primária BH S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Saúde Primária BH S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2026.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0

Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3